



Município de Mirandela

**2
0
1
6**

ORÇAMENTO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO



I - Introdução

Na elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015, foram estabelecidos objetivos estratégicos plurianuais, que estabeleceram as linhas programáticas que norteiam a elaboração dos documentos de anos posteriores. A conclusão e encerramento do anterior Quadro Comunitário estão também associados processos de execução física e financeira que ainda serão refletidos no exercício de 2016, tendo em conta a dimensão de alguns dos investimentos como a Escola Superior de Administração, Comunicação e Turismo.



De destacar, no entanto, que novos equipamentos representam novos encargos de gestão, operação e manutenção como será o caso do Museu da Oliveira e do Azeite e a ECOTECA, que entrarão em exploração em 2016.





Assumindo a estabilidade dos objetivos estratégicos anteriormente estabelecidos, apenas adequados às oportunidades e meios de financiamento estabelecidos no novo Quadro Comunitário Portugal 2020, nas suas diferentes declinações, bem como de documentos estratégicos regionais e nacionais, assumimos também a sua reprodução integral como afirmação de um planeamento estratégico a longo termo.

I.1 – Objetivos estratégicos

A gestão autárquica enfrenta nos dias de hoje novos e difíceis desafios.

Desde logo a região e o concelho enfrentam um reconhecido contexto demográfico de regressão tripolar, que agrava de forma contínua o despovoamento regional e local.

A baixa natalidade traduzida na diminuição efetiva de população de Mirandela entre 2001 (25.819) e 2011 (23.850), o forte envelhecimento traduzido por um índice de 195,6 bastante superior à média nacional de 120,1 e o regresso do fenómeno de crescente emigração, implicam o estabelecimento de estratégias de emergência que contrariem esta tendência.

No contexto económico assistimos a um momento de ajustamento estrutural, assente nas diretivas do Programa de Ajustamento Económico para Portugal, mas também no conjunto de subdiretivas daí emergentes direcionadas para os municípios, nomeadamente, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, a Lei n.º 75/2013, a nova Lei das Finanças Locais e a redução concreta das transferências do Estado para as autarquias, associadas a um clima de depressão económica e crescimento do desemprego generalizado quase a nível europeu.

Agravando este cenário, o contexto financeiro aponta para a necessidade de uma profunda contenção e contração de despesa, sendo necessário reforçar a eficiência e a contenção em todos os recursos sem por em causa o princípio essencial de apoio às populações e de coesão territorial, apontando em investimentos sustentáveis e retributivos.

Assumindo este particular momento de constrangimentos e dificuldades é necessário encontrar a motivação, criatividade e empenho que possam concretizar o que desejamos para o futuro do concelho.

Temos que assumir uma missão concreta, assente em valores essenciais como a Verdade, a Seriedade, a Ética, a Imparcialidade, a Honestidade, a Transparência



e a Lealdade nos princípios orientadores de Disponibilidade, Igualdade e Qualidade que representem uma nova abordagem à gestão autárquica.

Cumpre-nos a missão de compreender e responder aos anseios de Mirandela e da sua população e prestar um serviço público com vista à satisfação dos munícipes.

Uma missão assente numa **visão de um concelho que se rege por elevados padrões de qualidade de vida e ambiente, com uma oferta de atividades sociais e culturais.**

Pretendemos promover uma tranquila mudança de atitude e paradigma, trabalhando para um concelho, que assume a sua particular identidade não numa perspetiva institucional, mas assente em toda a sociedade civil que o constitui.

No final do mandato a que concorremos queremos um concelho em que:

As pessoas vivam com melhor qualidade de vida e bem-estar.

As pessoas sejam saudáveis e gostem de viver em comunidade.

Os cidadãos participem ativamente no desenvolvimento da cidade e do concelho e as atividades independentes e promovidas pelos munícipes e de cariz comunitário aumentem.

A estrutura da cidade seja coerente e compacta e o centro da cidade ferverilhe com vida e atividade.

Existam mais e melhores serviços acessíveis a todos os munícipes.

Mirandela, uma cidade e concelho atrativos e dinâmicos, com uma forte programação cultural e recreativa, em que a Orquestra ESPROARTE se afirme como a orquestra sinfónica da região.

Mirandela seja um concelho limpo, salubre, verde e seguro.

Mirandela seja um concelho que promova a eficiência energética e de recursos naturais e o combate às alterações climáticas.

Os cidadãos de Mirandela possam viver em segurança e salubridade nas suas próprias casas e existam lares residenciais disponíveis para os mais idosos.

Mirandela seja um concelho para todos, inclusivo com uma comunidade voluntária e solidária.

Um concelho de desporto, com diversas modalidades amadoras e profissionais e eventos desportivos de referência nacional e internacional.



Mirandela seja uma referência gastronómica nacional e internacional e os seus produtos regionais e a sua qualidade sejam reconhecidos em todo o mundo.

Mirandela proporcione um clima favorável ao investimento e fomenta a competitividade do tecido produtivo local, promovendo o empreendedorismo e o desenvolvimento de novos negócios.

Mirandela cidade e Mirandela concelho, sejam parte integrante de uma forma de viver, aprender, trabalhar e visitar...

A visão estratégica que pretendemos implementar tem que ser baseada, não em generalidades factuais, mas em eixos estratégicos concretos que estabeleçam metas e objetivos concretos, associados às oportunidades de financiamento também concretas e que, após o seu desenvolvimento, permitam o estabelecimento de indicadores de avaliação e resultados.

A adaptação das Grandes Opções do Plano, documento de cariz técnico-legal, a esta metodologia não se revela simples, principalmente porque essa integração deverá ainda ser multinível, associando outros documentos estratégicos como O Norte 2020 e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Nesse sentido, são estabelecidos Objetivos Estratégicos que se integrem nas oportunidades de financiamento, mas também nas orientações de gestão financeira, uma vez que intervenções tradicionalmente objeto de apoio comunitário, como as acessibilidades internas terão que ser realizadas com receitas próprias por inelegibilidade no próximo Quadro.

Estabelecem-se assim quatro Objetivos Estratégicos:

Objetivo Estratégico 1 - Desenvolvimento Urbano e Rural

Objetivo Estratégico 2 - Articulação Territorial de Competências Municipais

Objetivo Estratégico 3 - Competitividade Económica Local

Objetivo Estratégico 4 - Promoção da Inclusão e Coesão Social





A concretização de cada um dos eixos estratégicos está assente em projetos de ação concretos devidamente avaliados, orçamentados e estabelecidos numa base plurianual quanto à sua implementação e aos seus mecanismos de financiamento.

Objetivo Estratégico 1 - Desenvolvimento Urbano e Rural

Eixo 1: Regeneração e Requalificação Urbana e Rural

- PE 1.1 - Desenvolvimento e regeneração urbana e rural;
- PE 1.2 - Requalificação e reabilitação urbana e do espaço público;
- PE 1.3 - Combate à desertificação humana do Centro Histórico;



Eixo 2: Consolidação do Desenvolvimento Sustentável;

- PE 2.1 - Planeamento e ordenamento da cidade e do concelho;
- PE 2.2 - Consolidação ambiental;
- PE 2.3 - Revitalização das Estruturas Ecológicas e Ribeirinhas;
- PE 2.4 - Valorização e Preservação da Biodiversidade.

Objetivo Estratégico 2 - Articulação Territorial de Competências Municipais

Eixo 3: Mobilidade

- PE 3.1 - Acessibilidades Externas e Internas;
- PE 3.2 - Mobilidade sustentável e transportes suaves;
- PE 3.3 - Mobilidade de pessoas e bens;
- PE 3.4 - Requalificação da Rede Viária Interna;
- PE 3.5 - Redução o congestionamento nas artérias da cidade através da implementação das medidas previstas no Plano de Mobilidade Sustentável.

Eixo 4: Governança e Serviços à População





- PE 4.1 - Melhoria da qualidade governativa urbana e dos serviços públicos;
- PE 4.2 - Cultura urbana e globalização;
- PE 4.3 - Participação cívica e governança;
- PE 4.4 - Inovação e criatividade urbanas;
 - Cidade inteligente, software urbano e TIC;
- PE 4.5 - Órgãos do Município;
 - A.4.5.1 - Assembleia Municipal
 - A.4.5.2 - Câmara Municipal
 - A.4.5.3 - Juntas de Freguesia

Objetivo Estratégico 3 - Competitividade Económica Local

Eixo 5: Desenvolvimento Económico e Social;



- PE 5.1 - Revitalização económica;
- PE 5.2 - Desenvolvimento de uma Estratégia de Desenvolvimento Rural
 - A.5.2.1 - Melhoria da competitividade do sector agrícola, silvícola e agroindustrial.
 - A.5.2.2 - Apoio à Diversificação da Economia Rural
 - A.5.2.3 - Melhoria da Qualidade de Vida em Zonas Rurais
 - A.5.2.4 - Melhoria da Empregabilidade e da Integração Social
 - A.5.2.5 - Conservação e Modernização da Zonas Rurais
 - A.5.2.6 - Conservação da Natureza e da Paisagem em Zonas Rurais
- PE 5.3 - Desenvolvimento económico e promoção do emprego;
- PE 5.4 - Competitividade;
- PE 5.5 - Empresas Municipais, participações e concessões;
- PE 5.6 - Turismo;



Eixo 6: Marketing Territorial

- PE 6.1 - Marketing urbano;
- PE 6.2 - Movimentos sociais urbanos;
- PE 6.3 - Valorização das frentes ribeirinhas;
- PE 6.4 - Valorização da oferta turística e cultural;
- PE 6.5 - Conservação e valorização do património;
- PE 6.6 - Revitalização do comércio e dos serviços

Objetivo Estratégico 4 - Promoção da Inclusão e Coesão Social



Eixo 7: Coesão Social

- PE 7.1 - Respostas Sociais;
- PE 7.2 - Equidade Social
- PE 7.3 - Juventude
- PE 7.4 - Saúde
- PE 7.5 - Educação e Formação
- PE 7.6 - Cultura



- PE 7.7 - Desporto e lazer
- PE 7.8 - Paisagens e estilos de vida

I.2 – Instrumentos de Planeamento

No ano de 2015 foi concluída e publicada a revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela, depois de um longo processo que englobou também a revisão da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

A conclusão deste processo de revisão, traduz a resposta aos anseios de muitos munícipes essencialmente do meio rural, fortemente bloqueado pelas condicionantes do documento original. Em curso está ainda a elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Mirandela, a concluir em 2016.

Associada a estes instrumentos de ordenamento e de forma complementar, considerando os novos enquadramentos legais foram desenvolvidos os processos de criação e delimitação de duas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU): A Área de Reabilitação do Centro Histórico de Mirandela e a Área de Reabilitação Urbana de Vale de Azenha.

3| Planta com a Delimitação da Área Abrangida



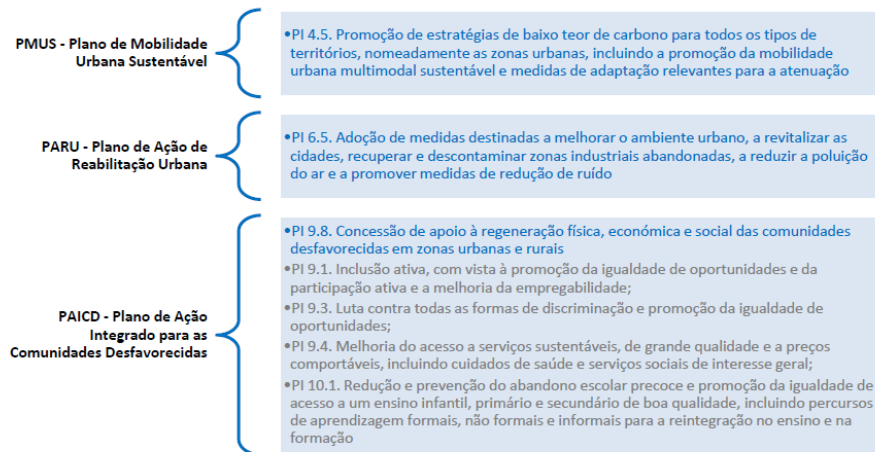
3| Planta com a Delimitação da Área Abrangida



A criação destas ARU's, não obstante implicar a concretização de um programa orientador a 15 anos, permitiu, uma vez que era condição obrigatória, a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), respondendo assim a um dos mais significativos avisos do novo Portugal 2020.

**Estratégia PEDU de Mirandela – componentes e resultados esperados****Identificação das prioridades de investimento a mobilizar**

A necessidade de responder aos constrangimentos detetados na área de intervenção e de potenciar aspetos diferenciadores, levou a uma **abordagem integrada** nos domínios da mobilidade urbana sustentável, regeneração urbana e inclusão social.



A estratégia da candidatura já formalizada do PEDU, responde a três prioridades de investimento que se concretizam em três sub-planos sectoriais, um de carácter intermunicipal, o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), um outro assente nas ARU's, Plano de Ação Para a Reabilitação Urbana (PARU) e ainda um dedicado à intervenção integrada em comunidades desfavorecidas, o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

Estratégia PEDU de Mirandela – componentes e resultados esperados**Eixos, medidas e objetivos estratégicos**

Eixo 1. Promoção de estratégia de baixo teor de carbono sustentada na mobilidade

Objetivo Geral: Promover a interconectividade dos diferentes espaços da cidade através de modos suaves de mobilidade, desincentivando o uso do transporte individual nas deslocações curtas quotidianas.

Medida 1.1 Promover a ligação dos espaços intraurbanos em modos suaves de mobilidade e a segurança dos seus utilizadores

Medida 1.2. Promover a intermodalidade nos transportes públicos urbanos desincentivando a utilização do transporte individual no centro histórico

Eixo 2. Reabilitação e dinamização do ambiente urbano

Objetivo Geral: Reabilitar e revitalizar o espaço público e edificado da cidade, valorizando a multifuncionalidade e a diversidade e promovendo atividades catalisadoras de novas dinâmicas socioculturais e económicas.

Medida 2.1 Regeneração e revitalização dos espaços públicos urbanos

Medida 2.2. Reabilitação de edifícios públicos

Medida 2.3. Gestão urbana e reforço da dinamização socioeconómica e cultural da cidade

Eixo 3. Regeneração física e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas

Objetivo Geral: Promover a coesão social, através da regeneração física de edifícios de habitação social e de espaços da envolvente e do reforço da inclusão ativa de grupos sociais desfavorecidos e fragilizados.

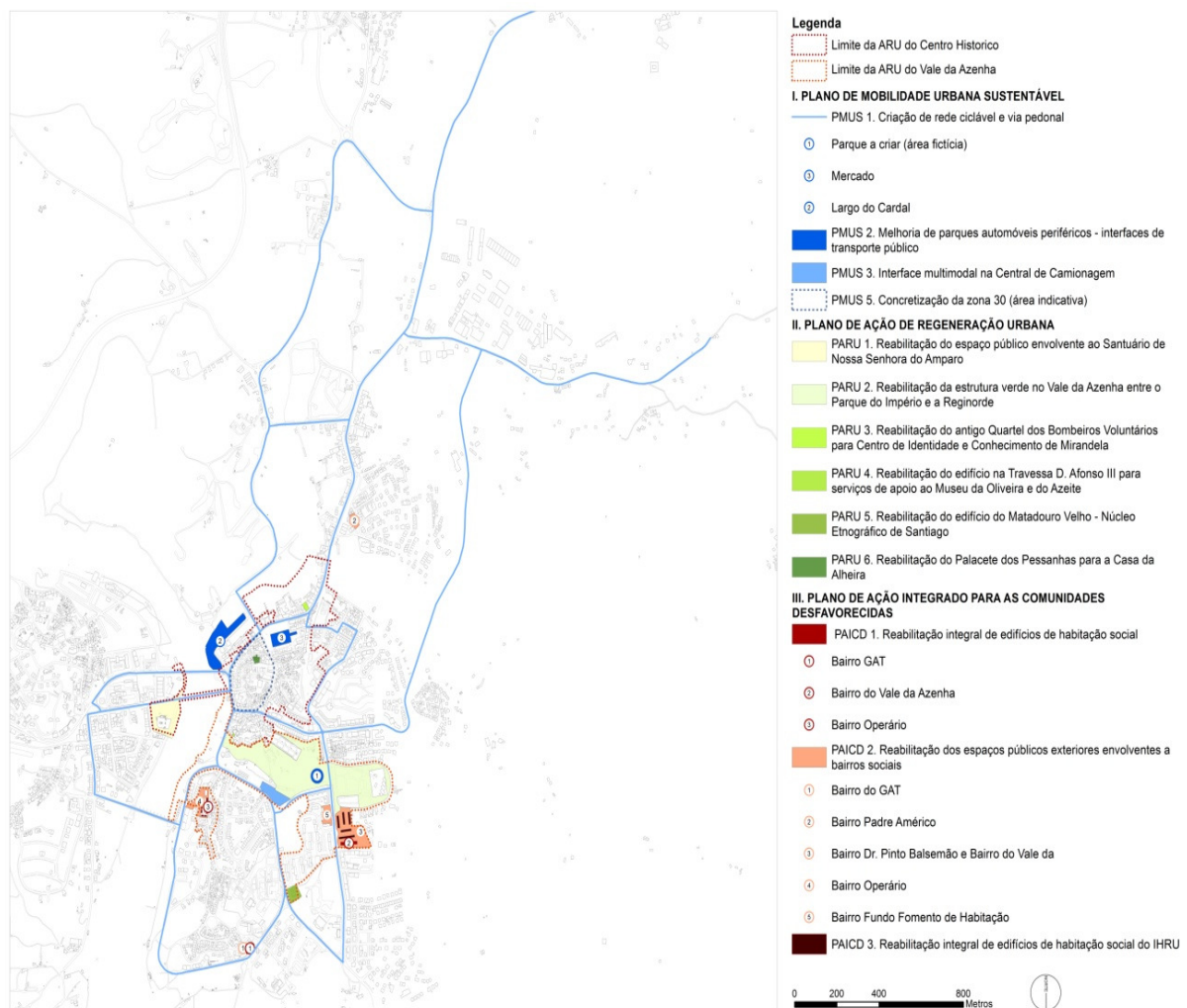
Medida 3.1. Regeneração de espaços e edifícios

Medida 3.2. Ações de inclusão ativa das comunidades desfavorecidas

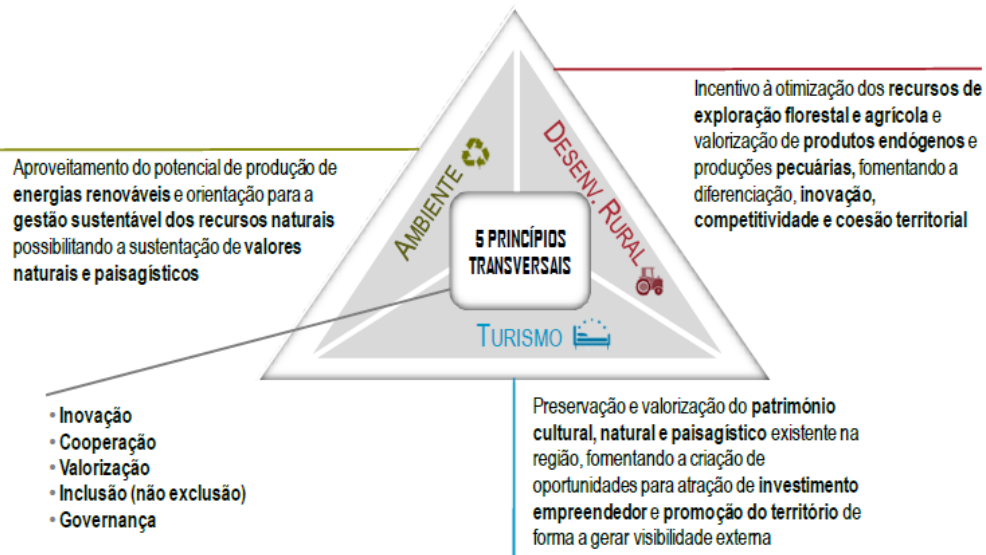


Os objetivos estratégicos, os eixos de intervenção e as respetivas medidas traduzem-se em projetos específicos e concretos selecionados, tendo em conta as limitações impostas pelos regulamentos e as suas elegibilidades.

No Orçamento de 2016, estão registados os projetos, não se considerando ainda qualquer tipo de dotação até à aprovação da respetiva candidatura.



Ao nível regional, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes projetou uma Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, tendo em consideração a realidade dos Municípios constituintes e as oportunidades e desafios colocados aos mesmos, assim como, o posicionamento estratégico para a região europeia, portuguesa e norte – estratégias Europa 2020, Portugal 2020, Norte 2020 e Estratégia da Região do Norte de Especialização Inteligente 2014/2020.



Objetivos Estratégicos		Objetivos Específicos								
		1 Melhoria da rede de serviços de apoio às empresas	2 Promoção do território e oferta endógena	3 Valorização e preservação do património e recursos naturais	4 Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, piscícola e cinegética	5 Apoio à inclusão social	6 Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidade	7 Promoção de uma região ambientalmente autossustentada	8 Promoção de ensino sustentável	9 Promoção da eficiência das administrações e organismos públicos
Desenvolvimento Rural	OE 1 - Otimizar os recursos de exploração agrícola e florestal			X	X					
	OE 2 - Melhorar a rede de apoio às empresas, com especial enfoque nos sectores agrícola e pecuária	X		X						
	OE 3 - Fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial			X				X	X	
	OE 4 - Apoiar a inclusão social, com vista à diminuição da pobreza		X			X		X		
	OE 5 - Promover a sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território	X	X			X				
Turismo	OE 6 - Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região		X	X				X		
	OE 7 - Estimular o investimento, investigação, desenvolvimento e inovação do território	X	X							
	OE 8 - Promover a acessibilidade e ligações entre municípios para a mobilidade/ troca de pessoas e bens/ serviços						X			
Ambiente	OE 9 - Potenciar a sustentabilidade energética				X			X		
	OE 10 - Valorizar, proteger e utilizar de forma sustentável os recursos naturais e paisagísticos			X	X				X	

Desta estratégia resultou a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes para o período 2014-2020 e a assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes (PDCT).

O PDCT é um Instrumento Territorial Integrado (ITI), que constitui uma das ferramentas para implementar estratégias territoriais, de uma forma integrada (recorrendo a fundos comunitários de um ou mais Programas Operacionais).

Neste contexto, o Pacto desenvolvido visa responder i) à estratégia de atuação definida para o Norte e a CIM-TTM, ii) às expectativas dos principais *stakeholders* e ii) às seguintes Prioridades de Investimento (PI), obrigatórias e facultativas:



- PI 2.3. | Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciberinclusão, a cultura eletrónica e a saúde em linha;
- PI 4.3. | Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas;
- PI 5.2. | Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;
- PI 6.1. | Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;
- PI 8.3. | Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
- PI 8.8. | Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas;
- PI 9.1. | Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
- PI 9.4. | Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;
- PI 9.7. | Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
- PI 10.1. | Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação;
- PI 10.5. | Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;
- Ação 3.4. (PDR 2020) | Infraestruturas coletivas - Desenvolvimento regadio eficiente; Eficiência dos regadios existentes; Drenagem e Estruturação Fundiária.



Concretizado a 5 de agosto de 2015, representa já prioridades concretas de intervenção, nomeadamente ao nível da Prioridade 10.5 relativas ao Parque Escolar, bem como outras já refletidas na presente proposta de orçamento.

Destaque-se ainda, o desenvolvimento de estratégias sectoriais específicas que são referenciadas no desenvolvimento do PPI e PAM, ao nível social, ao nível do desenvolvimento económico, ao nível do desenvolvimento rural.

I.3 – Orçamento Participativo

O ano de 2016 irá também representar a primeira edição do Orçamento Participativo do Município de Mirandela.

No âmbito de diversas iniciativas de incentivo à participação pública do Programa Administração Aberta e após um processo de regulamentação e de estabelecimento de uma plataforma de votação e gestão eletrónica, ainda em 2015, será iniciado o processo de participação.



Dotado com 150.000,00€, correspondendo 100.000,00€ a despesas de capital e 50.000,00€ a transferências correntes, após o processo consultivo será efetuada a respetiva afetação definitiva.



II - Grandes Opções do Plano 2016

A Grandes Opções do Plano (GOP) têm como objetivo definir as principais linhas estratégicas municipais e prioridades dentro de um quadro de distribuição dos recursos financeiros existentes.

O Plano Plurianual de Investimento (PPI) e o Plano Municipal de Atividades (PAM), traduzem as áreas mais importantes de atividade e investimento com compromissos assumidos ao nível do financiamento comunitário.

O impacto financeiro previsto no resumo do Plano e Orçamento não transparece, no entanto, todo o esforço de concretização nas diversas rubricas, pelo que é importante analisar o contexto dos diferentes investimentos na sua perspetiva global e na dimensão financeira que ultrapassa o simples exercício de um ano.

Plano e Orçamento 2016

RECEITAS	MONTANTE	%	DESPESAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	2.954.008,00	11.7	01 DESPESAS COM O PESSOAL	5.971.500,00	23.7
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	118.217,00	0.5	02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	10.409.000,00	41.3
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	736.148,00	2.9	03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	567.094,00	2.3
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.227.000,00	4.9	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.551.450,00	6.2
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.939.307,00	47.4	05 SUBSÍDIOS	218.000,00	0.9
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3.411.441,00	13.6	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	265.000,00	1.1
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	115.000,00	0.5			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	20.501.121,00	81.4	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	18.982.044,00	75.4
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	315.600,00	1.3	07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3.882.000,00	15.4
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.239.093,00	16.8	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	602.000,00	2.4
11 ACTIVOS FINANCEIROS			09 ACTIVOS FINANCEIROS	144.949,00	0.6
12 PASSIVOS FINANCEIROS			10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.459.821,00	5.8
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	120.000,00	0.5	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	105.000,00	0.4
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4.674.693,00	18.6	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	6.193.770,00	24.6
TOTAL GERAL	25.175.814,00	100.0	TOTAL GERAL	25.175.814,00	100.0

As GOP permitem uma análise mais detalhada dos principais vetores e opções por grupos funcionais, nos termos do definido no POCAL.

A progressiva implementação da contabilidade de custos irá permitir também de forma progressiva, um maior detalhe nas rubricas e atividades funcionais de todos os serviços municipais.

**Grandes Opções do Plano**

Objetivo	Descrição	2016
1.	Funções Gerais	803.000,00€
1.1	Serviços Gerais de Administração Pública	320.000,00€
1.2	Segurança e Ordem Públicas	483.000,00€
2.	Funções Sociais	8.203.000,00€
2.1	Educação	1.995.000,00€
2.1.1	Ensino Não Superior	595.000,00€
2.1.2	Serviços Auxiliares de Ensino	1.400.000,00€
2.3	Segurança e Ação Sociais	156.000,00€
2.4	Habituação e Serviços Coletivos	5.235.000,00€
2.4.1	Habituação	60.000,00
2.4.2	Ordenamento do Território	95.000,00€
2.4.3	Saneamento	1.481.000,00€
2.4.4	Abastecimento de Água	2.101.000,00€
2.4.5	Resíduos Sólidos	1.435.000,00€
2.4.6	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	63.000,00€
2.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	817.000,00€
2.5.1	Cultura	59.000,00€
2.5.2	Desporto, Recreio e Lazer	696.000,00€
2.5.3	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	62.000,00€
3.	Funções Económicas	1.932.000,00€
3.1	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	117.000,00€
3.2	Indústria e Energia	44.000,00€
3.3	Transportes e Comunicações	1.498.000,00€
3.4	Comércio e Turismo	55.000,00€
3.5	Outras Funções Económicas	218.000,00€
4.	Outras Funções	2.985.220,00€
4.1	Operações da Dívida Autárquica	1.459.821,00€
4.2	Transferência entre Administrações	1.165.450,00€
4.3	Diversas Não Especificadas	359.949,00€
Total		13.923.220,00€

Considerando o exposto e pretendendo contribuir para o esclarecimento das principais opções do Plano, apresenta-se assim uma análise inicial dos principais investimentos em curso ou em conclusão, dentro de um princípio de organização funcional e económica e do seu impacto nos exercícios passados e futuros.



III – PPI e PAM

A atividade municipal na sua forma integral, por vezes não transparece de forma adequada nos documentos provisionais obrigatórios, nomeadamente o PPI e no PAM. De facto a simples inscrição das rubricas não permite uma leitura adequada de todas as atividades e tarefas associadas e mesmo das despesas correntes associadas a essas atividades essenciais para a gestão corrente do concelho.

No sentido de uma maior clarificação dos objetivos concretos e mesmos correntes do presente Plano e Orçamento será realizada uma descrição e explanação das diversas rubricas de PPI e PAM e a sua associação a rubricas associadas a eventuais despesas correntes.

Em anexo são ainda apresentados os Planos de Atividades por Unidades Orgânicas e sectores.

1. Funções Gerais

1.1. Serviços Gerais da Administração Pública

1.1.1. Administração Geral

Promoção das Condições de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

No ano de 2012 foi implementado o serviço de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho tendo sido realizados, pela primeira vez, exames de saúde a todos os trabalhadores os Município processo que atualmente continua a ser desenvolvido nos termos da legislação elegível. Ao presente serviço estão afetos dois Técnicos Superiores, um de forma permanente e um outro em regime de apoio.

Certificação de Serviços

Em 14 de Fevereiro de 2013 o Sistema de Gestão da Qualidade da CMM foi certificado através da atribuição do Certificado de Conformidade. Este processo resultou de um esforço essencialmente assente na Equipa Municipal da Qualidade mas também de todos os trabalhadores que se envolveram e compreenderam a importância deste processo para a organização.

Foram objeto de certificação 22 Processos, 90 Procedimentos e 72 Instruções de Trabalho: N.º de Indicadores: 126. Estão afetos a este serviço dois Técnicos Superiores.

Em 2016 está prevista a realização de duas Auditorias Internas e uma Auditoria Externa de Acompanhamento.



Reparação, remodelação e adaptação de Edifícios Municipais Aquisição de Mobiliário e Equipamento para os Serviços Ferramentas e Utensílios

A CMM é responsável pela manutenção e gestão de mais de 60 edifícios com a maior diversidade de funções, escolas, equipamentos culturais, de serviços, habitação social entre outras.

As atividades de manutenção de edifícios estão sobre a responsabilidade da Divisão de Serviços Operativos (DSO) sendo afetos a estas atividades 24 Assistentes Operacionais, um Encarregado Geral Operacional, um Encarregado Operacional, um Técnico Superior de Engenharia Civil, um Técnico Superior de Engenharia Eletrotécnica para lá dos restantes serviços de apoio e coordenação associados pelos restantes recursos da Divisão.

Aquisição e Reparação de Material de Transporte para a Autarquia Aquisição e Reparação de Maquinaria e Equipamento para Obras

O parque de viaturas e equipamentos municipais regista 95 ativos que realizam cerca de 15 milhões de Km/ano e que têm vindo a registar alguma degradação.

As atividades de manobra de viaturas e máquinas estão sobre a responsabilidade da DSO sendo afetos a estas atividades 8 Assistentes Operacionais.

Durante o ano de 2016 está prevista a aquisição de duas viaturas ligeiras, uma viatura pesada e máquinas de apoio às atividades de construção e manutenção.

Aquisição de Equipamento Informático Aquisição de Software Informático

A conclusão da candidatura SAMA 2 quer a nível interno quer no âmbito da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana representou uma significativa alteração ao nível da eficiência organizacional e ao nível da prestação de serviços aos munícipes

Reforçando o conceito de balcão único em regime de *front office*, através do Gabinete de Apoio o Município, foi reforçada a ligação à Agência de Modernização Administrativa e a oferta do denominado Balcão MultiServiços.



Foram reforçados os mecanismos de atendimento quer presencial quer remoto sendo que em 2015 a oferta de serviços foi alargada nos termos de um processo em curso de protocolo com a Secretaria de Estado de Modernização Administrativa que permitiu que mais serviços sejam hoje oferecidos aos utentes num novo conceito de Balcão do Cidadão.



No âmbito do mesmo processo foi concretizada a criação de mini-GAMs no meio rural, em Torre de Dona Chama, Avidagos e Frechas contribuindo assim para uma maior proximidade e facilidade nos serviços a munícipes.



Este serviço está sobre a responsabilidade da Divisão de Administrativa e Financeira, sendo afetos a estas atividades 6 Assistentes Técnicos Administrativos e um Técnico.

Em 2016 será concluída a reformulação do *site* municipal, a criação do site VisiteMirandela com plataformas digitais de acesso, será implementada uma plataforma de gestão de todo o sector de Educação, uma plataforma de informação de gestão e indicadores, uma plataforma de apoio ao Orçamento Participativo e ainda uma plataforma de gestão da qualidade.

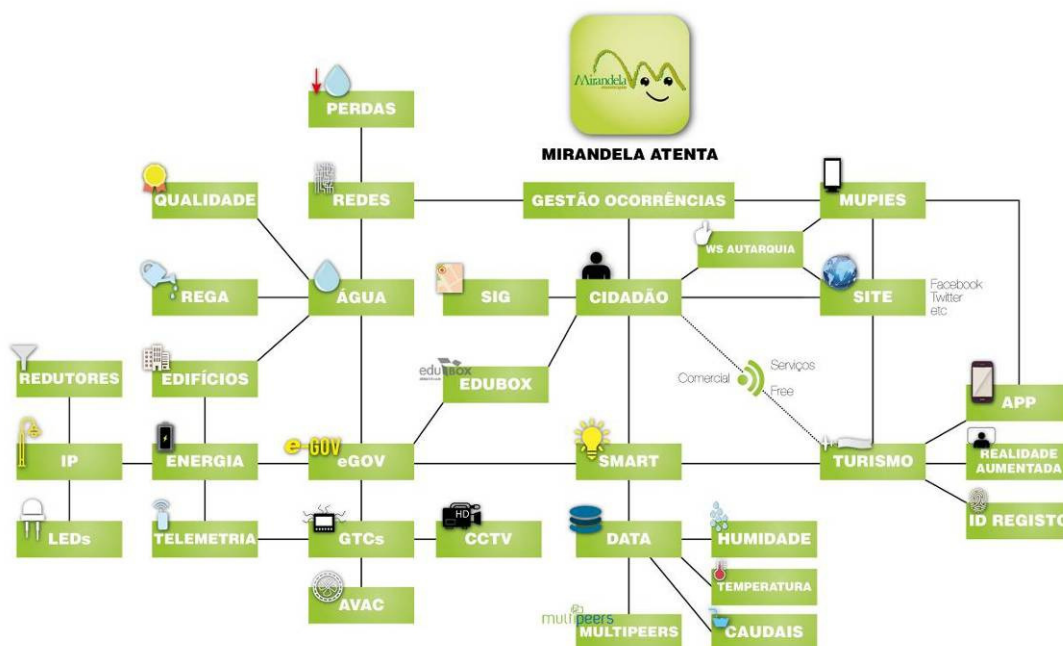


Destaque ainda para a plataforma de ocorrências MirandelaAtenta através da qual todos os munícipes poderão enviar reclamações e comunicar ocorrências recorrendo a meios móveis e mupies de exterior.



PDCT – Reforço das TIC para Administração em Linha N2020 – SMART2020

A Agenda Digital Local de Mirandela congrega um conceito de planeamento que envolve todos os projetos e intervenções atualmente em curso potenciando a disponibilidade de tecnologia e redes disponíveis promovendo a eficiência e a racionalidade de consumos mas também evoluindo no sentido de um conceito de gestão inteligente de consumos.



No âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) assinado pela CIM-TTM foram contratualizados um conjunto de projetos que pretendem complementar e reforçar a estrutura de atendimento e prestação de serviços aos munícipes bem como apostar em áreas de desenvolvimento tecnológicos que tornem os territórios mais competitivos sob o novo conceito SMART.

1.2. Segurança e Ordem Públicas

1.2.1. Proteção Civil e Luta Contra Incêndios

Bombeiros Voluntários - Despesas de Funcionamento

Bombeiros Voluntários - Infraestruturas e Equipamento



A CMM desenvolve uma estreita colaboração com os Bombeiros Voluntários do concelho de Mirandela. Desde logo pelo financiamento do funcionamento de ambas as associações humanitárias nas suas despesas correntes de funcionamento, na assunção de despesas com seguros, no suporte dos custos com 10 operadores telefónicos de emergência e com as Brigadas de Intervenção.

Além deste apoio destaque ainda para o financiamento integral da componente não financiada do Quartel de Torre de D. Chama que ainda é assumida no PAM de 2016 prolongando-se até 2017.



Equipamento de Proteção Civil

O Serviço Municipal de Proteção Civil tem vindo a desempenhar tarefas de planeamento e fiscalização mas também de intervenção preventiva ao nível de limpeza e intervenção coerciva em aglomerados urbanos.

Associado a este serviço está ainda o Gabinete Florestal que desenvolve tarefas na área do planeamento florestal, na prevenção e combate a incêndios, na emergência municipal e ainda na promoção e gestão cinegética.

Ao Serviço Municipal de Proteção Civil estão afetos 1 Técnico Superior de Engenharia Florestal e 4 Assistentes Operacionais.

Quartel da GNR de Torre de Dona Chama

No ano de 2016 será concluída a construção do Quartel da GNR de Torre de D. Chama. Este projeto surge no âmbito de um protocolo estabelecido entre o Ministério da Administração Interna e a CMM e assumindo ainda a cedência em comodato pela Junta de Freguesia de Torre de D. Chama do edifício.

O financiamento numa primeira fase de origem comunitária é assumido integralmente pelo Ministério da Administração Interna após a assinatura de um novo protocolo.



2. Funções Sociais

2.1. Educação

2.1.1. Ensino Não Superior

Ensino Profissional não Público

Escola Profissional de Arte de Mirandela "Artemir"

A CMM é um dos associados da ARTEMIR – Associação de Artes de Mirandela, em conjunto com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela e a Associação de Socorros Mútuos de Mirandela, assumindo a gestão por essa via da ESPROARTE – Escola Profissional de Arte de Mirandela.



A CMM é responsável, entre outros, pela cedência das instalações em que funcionam das diversas atividades da Escola.

Registe-se ainda que associadas às atividades da Escola, no presente momento, existem dois projetos complementares. A Orquestra Energia com financiamento da Fundação EDP e essencialmente direcionada para alunos com dificuldades de aprendizagem e de estratos sociais desfavorecidos e Academia de Música de Mirandela que proporciona a oportunidade de formação a outros jovens.

Escola Profissional de Hotelaria de Mirandela

O estabelecimento de um Protocolo entre o Turismo de Portugal, IP e a Câmara Municipal de Mirandela permitiu a manutenção da Escola de Hotelaria e Turismo de Mirandela (EHTMDL) (Protocolada com o Município de Mirandela).



Considerando que o financiamento das atividades de formação assenta em candidaturas realizadas diretamente pelo Turismo de Portugal, IP e que o programa POPH se encontra em fase de encerramento em 2013 foi garantida a expansão da oferta formativa através de acordos realizados com o IEFP.

Em 2015 foi criada uma estrutura autónoma de gestão a ENSINATUR que vai permitir apresentar candidaturas diretas aos diferentes programas de formação profissional, nomeadamente do Ministério da Educação e assim produzir uma adequada contabilidade de custos garantindo a sustentabilidade e mesmo a continuidade desta mesma Escola.

2.1.1. Ensino Pré-escolar e Básico

PDCT - Pólo Escolar EB1 de Mirandela

PDCT - Reabilitação Parque Escolar de Mirandela

No âmbito do processo de contratualização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes foram identificadas na □PI 10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas; duas intervenções no concelho de Mirandela.



Uma das intervenções refere-se à Escola Secundária de Mirandela da responsabilidade da Parque Escolar EPE enquanto que a outra intervenção será destinada à reabilitação do parque escolar do Ensino Básico da responsabilidade da Câmara Municipal de Mirandela.

Assumindo uma alteração do inicial conceito de criação de um único centro escolar, a proposta a desenvolver em 2016 passa pela reabilitação de duas escolas P3, Fomento e Convento e a criação de um polo intermédio de raiz. Esta solução pretende evitar a concentração de todo este nível de ensino num único equipamento.

Na rede escolar atual são ainda prestados serviços de manutenção corrente a 23 edifícios de Ensino Básico essencialmente pelos recursos humanos da DSO. No ano de 2016 está prevista a manutenção da mesma rede escolar municipal.

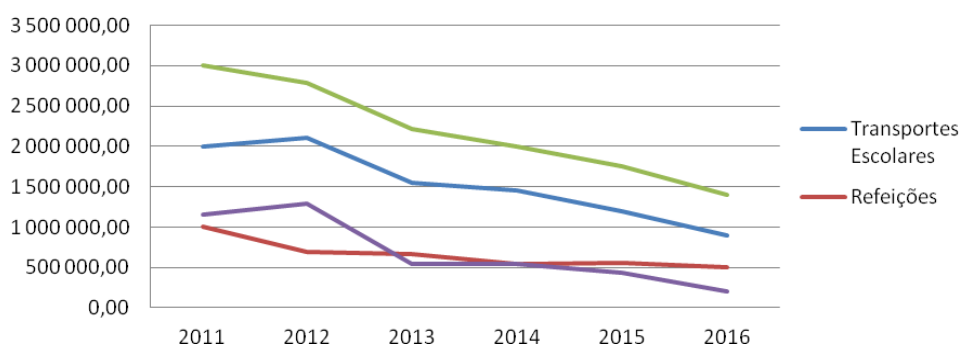
2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino

Os Serviços Auxiliares de Ensino representam ainda um dos encargos mais significativos no orçamento municipal.

O prolongamento de horários, as refeições os transportes escolares são as rubricas mais significativas e com maior peso financeiro. Existe ainda elevado número de ações, realizadas em parceria com o Agrupamento de Escolas de Mirandela, nomeadamente a celebração de datas como o dia da criança, o dia mundial do ambiente bem como ações continuadas como a Hora do Conto que irão contribuir para a constituição de um Projeto Educativo Municipal durante o ano de 2016.



Educação Transportes + Refeições





Existem no entanto outras despesas como a manutenção do parque escolar e os recursos humanos afetos que reforçam ainda mais o protagonismo deste setor. No ano de 2016 a CMM continuará a assumir diversos custos com recursos humanos para os quais o Agrupamento de Escolas não tem capacidade de resposta.

Transportes Escolares

Os transportes escolares são realizados de forma preferencial com recurso a prestadores de serviço e a serviços públicos de transporte público (carreiras públicas) mantendo-se em 2016 alguma tendência de racionalidade sempre condicionada ao número de alunos.

Em 2014 foi iniciada a realização de dois circuitos com recursos municipais próprios. Pretende-se assim e de forma gradual evoluir para um sistema de transportes assente em recursos municipais e que assim permita também o alargamento a outro tipo de utentes.



Transportes adjudicados	155 alunos	18 mini - circuitos	270 Km/dia
Transportes públicos	560 alunos	16 circuitos	345 Km/dia
Realizados pela CMM	31 alunos	3 mini - circuitos	50 Km/dia

Fornecimento de Refeições a Alunos dos Jardins de Infância e Escolas Primárias

Apresenta-se uma previsão do número de refeições a fornecer para o ano de 2016. O fornecimento é realizado por adjudicação a empresas prestadoras de serviços e a algumas IPSS locais que possuindo recursos e estrutura possibilitam o fornecimento de refeições em zonas urbanas e rurais.

Escolas do 1.º CEB	2016 jan a jun		2016 set a dez
	Alunos	Total	Total
TOTAL	705	78 500	54 165
Jardins de Infância	2016 jan a jun		2016 set a dez
	Alunos	Total	Total
TOTAL	236	29 504	18 019

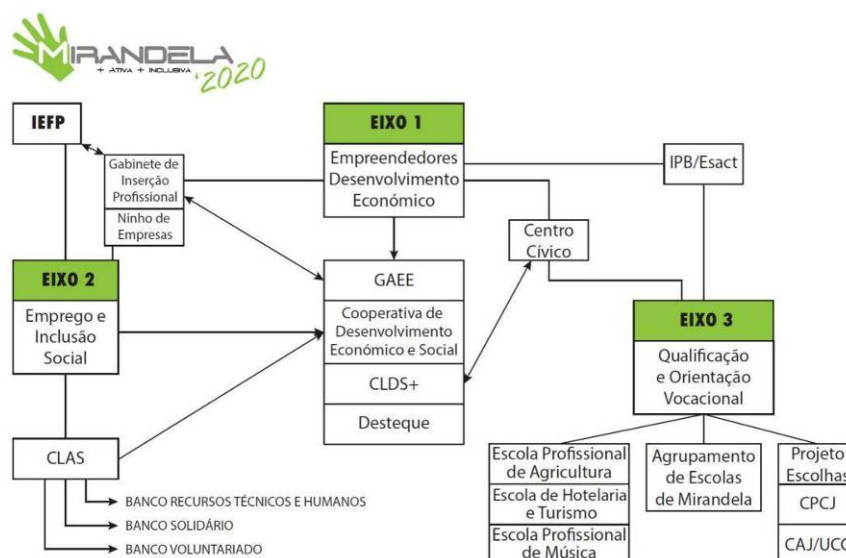
2.3. Segurança e Ação Sociais

2.3.2 Ação Social

Conselho Local de Ação Social - CLAS

A atividade municipal no âmbito social tem apostado na valorização do conceito de parceria e complementaridade que não se encerra apenas nos apoios diretos ou nas respostas existentes.

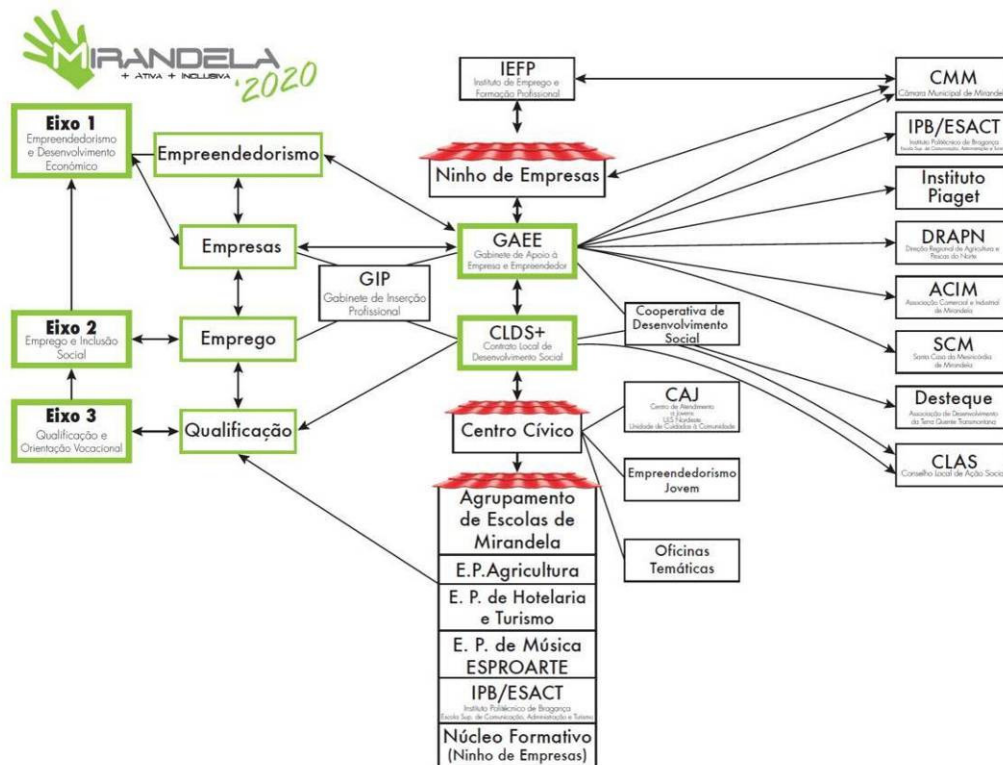
A dinâmica salutar ao nível do Conselho Local de Ação Social, que regista 82 parceiros públicos e privados tem permitido a promoção de diversas iniciativas, a criação de novas respostas e ainda a candidatura a diversos projetos e programas já no âmbito do atual Quadro Comunitário.



Considerando estas mesmas orientações estratégicas foram desenvolvidos processos de planeamento adequados aos avisos entretanto publicados mas que ao mesmo tempo respondessem a necessidades locais.

A DLBC Urbana, o CLDS 3G, a RLIS, o PAICD, o GIP, ESCOLHAS 6G são exemplos de uma mesma estratégia que se vão traduzindo em candidaturas aprovadas.

Em 2015 foi também iniciado um processo de reflexão, participado por todos os parceiros, com criação de grupos de trabalho específicos e debate aberto que deverá culminar na concretização do Plano de Desenvolvimento Social 2016 – 2018.



Durante o ano de 2016 serão realizadas reuniões mensais do Núcleo Executivo da Rede Social e reuniões trimestrais do CLAS.

Ação Social - Situações de Emergência e Calamidade

Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos / Emergência Social

O apoio social direto a estratos sociais desfavorecidos assenta em três instrumentos fundamentais. O Regulamento de Apoio Económicos e o Plano de Emergência Social (PES) e Plano de Conforto Habitacional.

Estes instrumentos são um complemento essencial no apoio às famílias e estratos sociais desfavorecidos.

Durante o ano de 2016 PES continuará ativo, considerando que se mantém as dificuldades dos estratos sociais mais desfavorecidos e existe um crescimento efetivo do número de solicitações.

Afetos ao Setor Social da DEASC estão 2 Técnicos Superiores.

2.4. Habitação e Serviços Coletivos

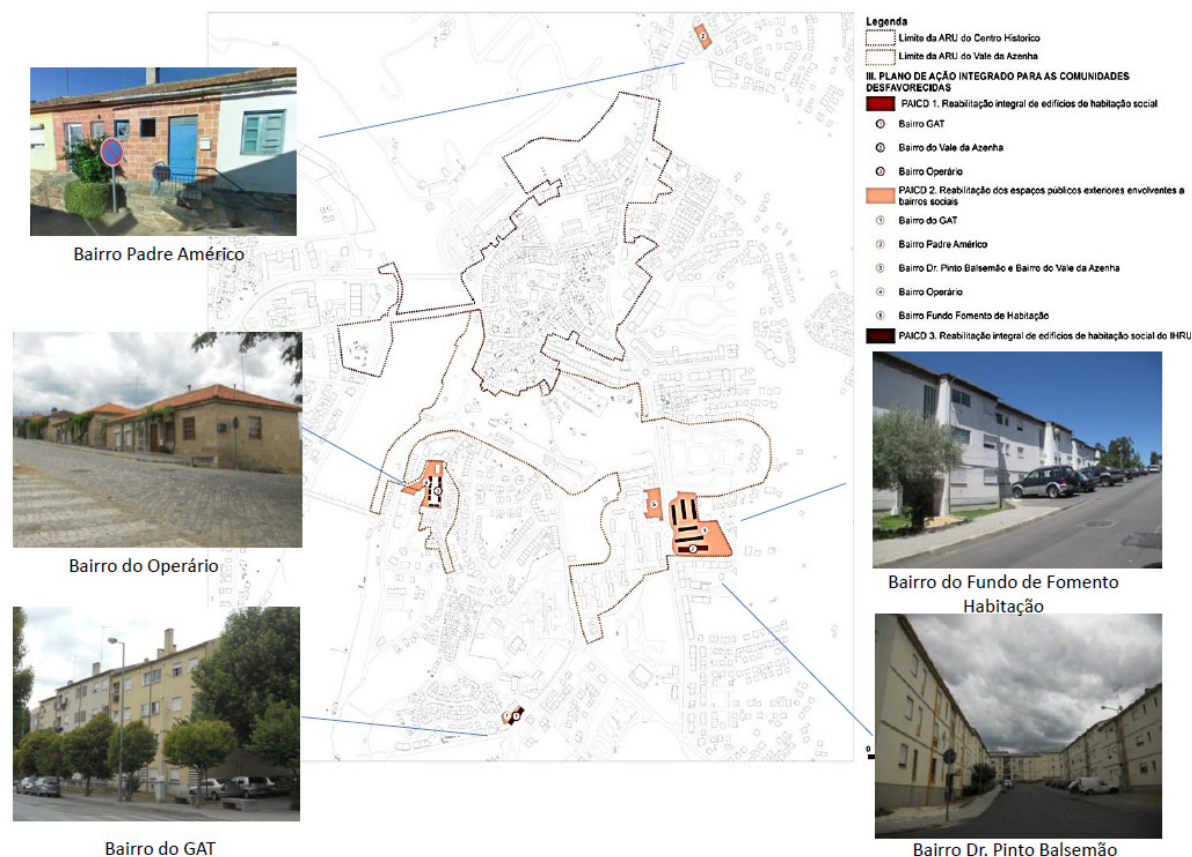
2.4.1. Habitação

Obras de Conservação e Beneficiação de Habitações Sociais

A CMM é proprietária de um parque de 61 habitações sociais, promovendo trabalhos de manutenção e reparação sobre a responsabilidade da DSO.

PAICD 1 – Reabilitação Integral de Edifícios de Habitação Social – Bairro Operário, GAT e Vale de Azenha

Uma das componentes da candidatura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) é o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD). Neste Plano assume-se a candidatura à reabilitação das habitações sociais que são propriedade da CMM.



2.4.2. Ordenamento do Território

Plano Diretor Municipal e Plano de Urbanização

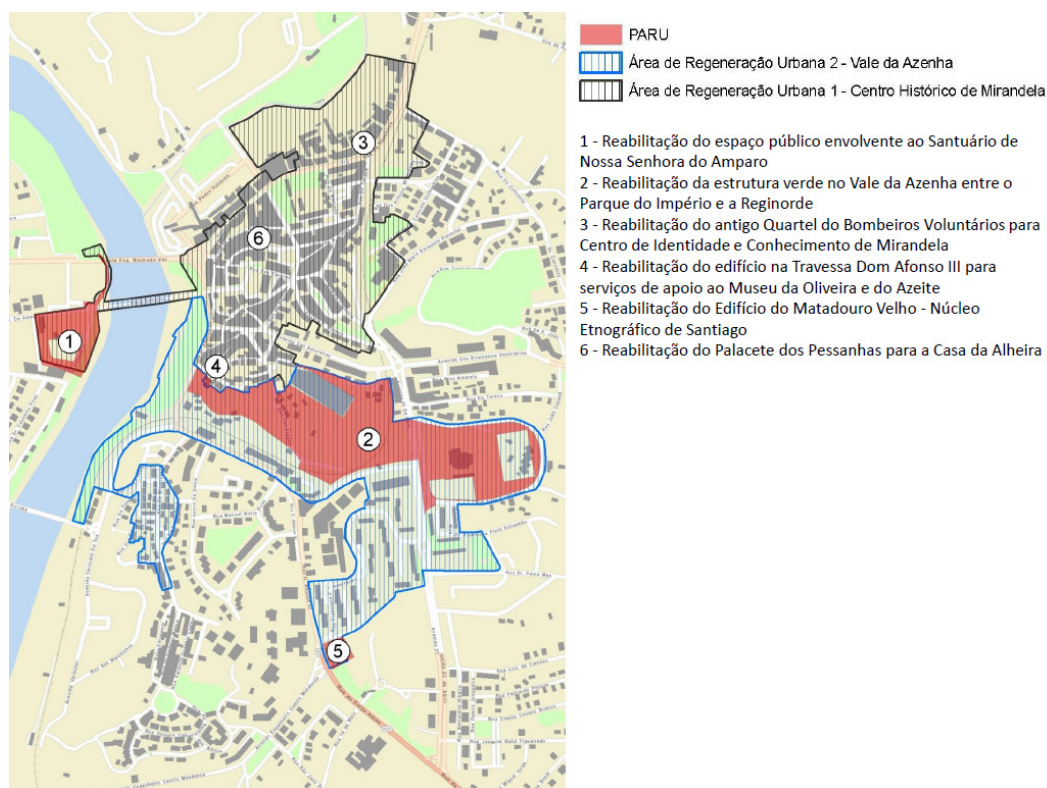
Com a conclusão e publicação da revisão do Plano Diretor Municipal em 2015, em 2016 será o momento de concluir o Plano de Urbanização de Mirandela.

Aquisição de Terrenos, Incluindo Expropriações e Indemnizações

Na aquisição de terrenos para alargamento ou correção de vias a CMM tem desenvolvido processos de negociação com proprietários evitando processos de expropriação legal.

Urbanização

Tal como exposto na introdução do presente documento o PEDU assumiu várias componentes sendo uma delas em específico o PARU.



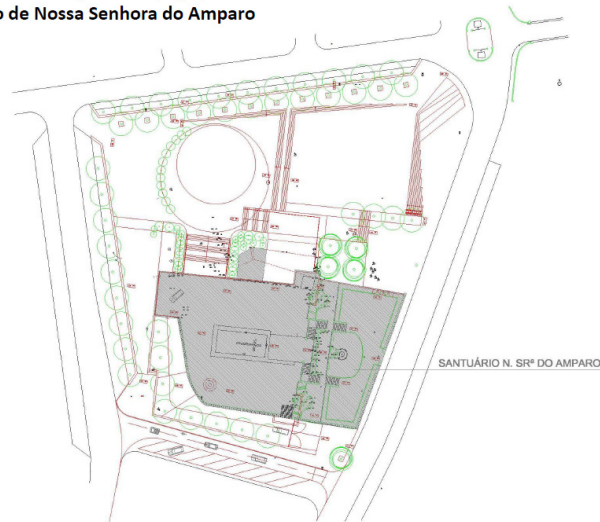
Algumas das intervenções candidatas incidem sobre o espaço público e estão associadas a projetos de reabilitação de alguma forma emblemáticos para Mirandela.





PARU 1 –Reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo

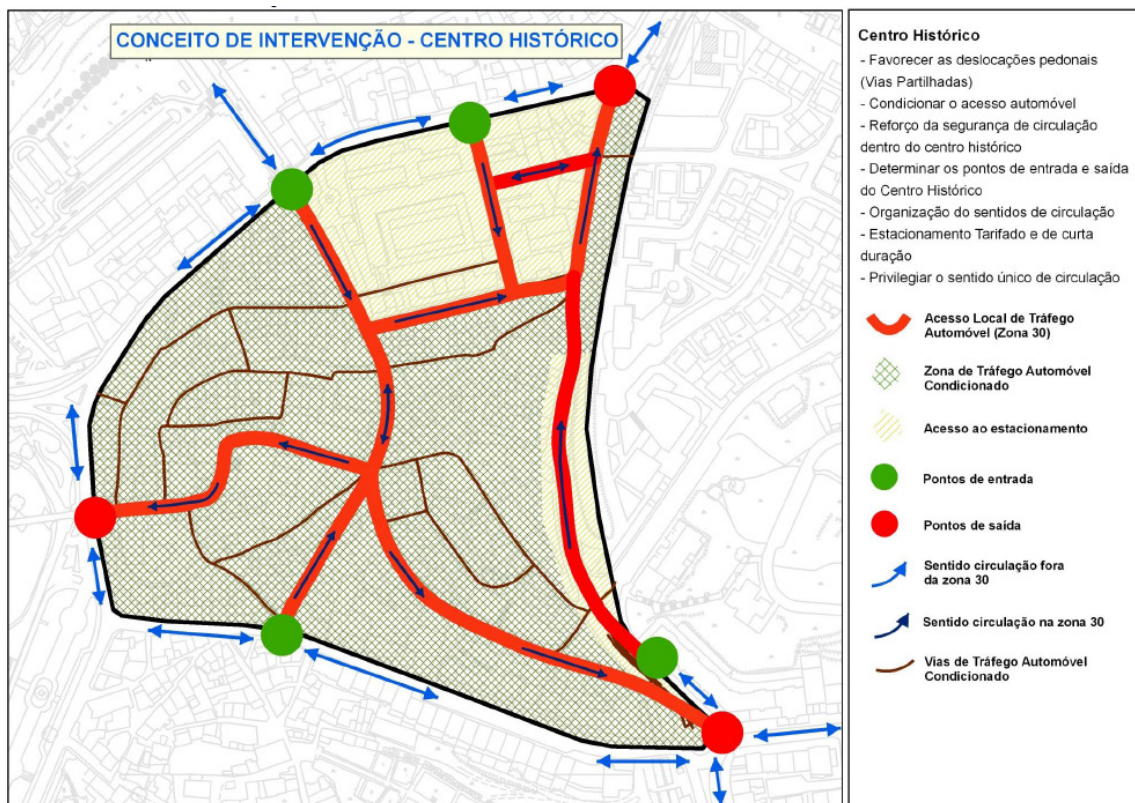
PARU 1 – Reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo



PARU 2 -Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o Parque do Império e a Reginorde

PAICD 2 -Reabilitação de espaços públicos na envolvente dos bairros sociais

PMUS 5 -Concretização da zona 30

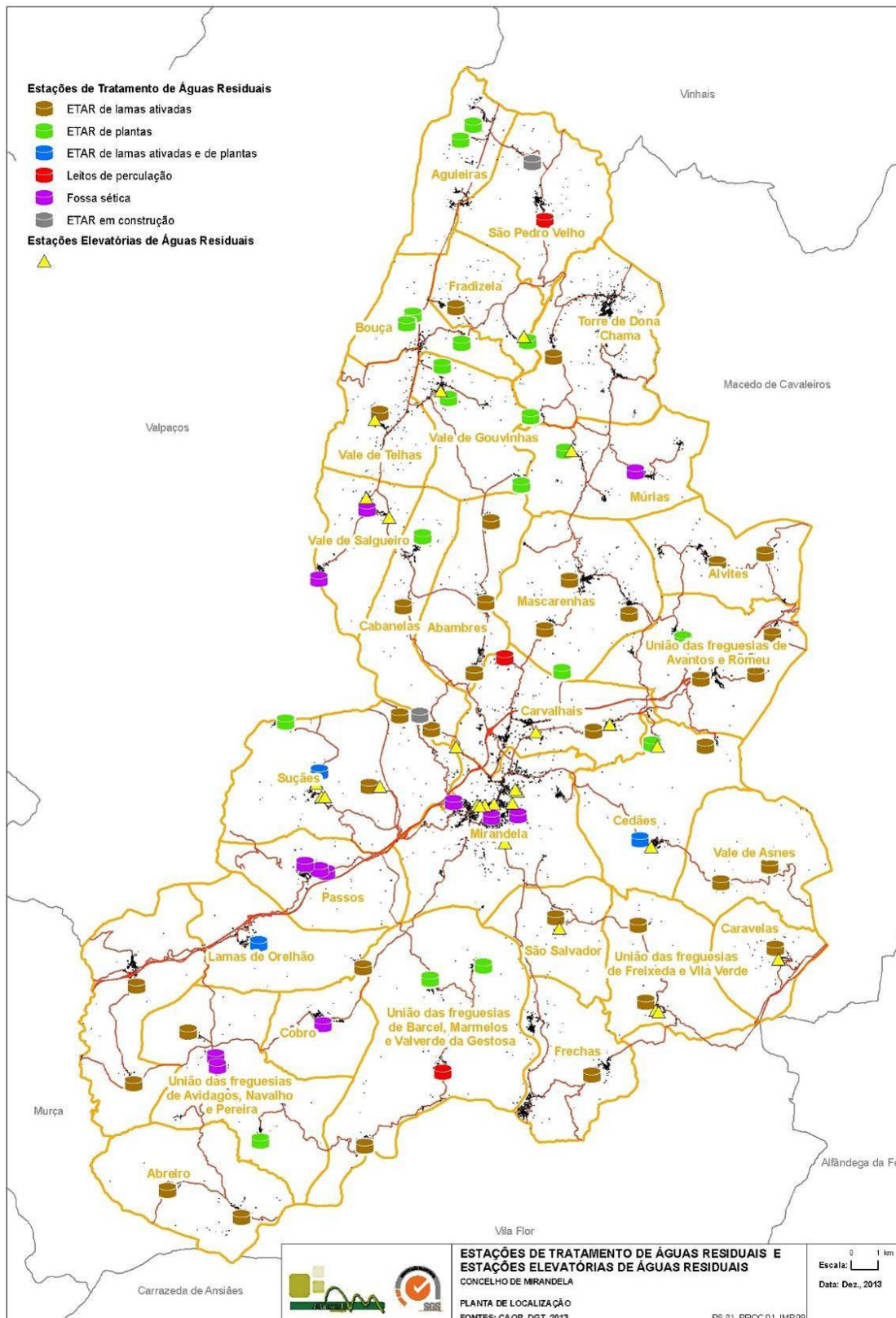




2.4.3. Saneamento

Construção e Conservação de Redes Saneamento do Concelho

POSEUR – Ciclo Urbano da Água – Projetos de Saneamento





O esforço realizado na construção de redes de drenagem de águas residuais e sistemas de tratamento nos últimos anos culminou numa taxa de cobertura de cerca de 98%. Naturalmente que existem ainda habitações isoladas e pequenos aglomerados não servidos mas em termos percentuais e dentro de uma aceitável razoabilidade podemos afirmar que a infraestruturização do concelho neste domínio está praticamente concluída.

Assumem maior dimensão as atividades de manutenção da rede de drenagem de águas residuais que estão sobre a responsabilidade da DSO sendo alectos a estas atividades 8 Assistentes Operacionais e um Técnico Superior de Engenharia Civil. No ano de 2016 será desenvolvida uma candidatura ao POSEUR tendo em vista a conclusão de algumas bacias de drenagem e a substituição de algumas fossas sépticas por ETAR's concretizando de forma definitiva a cobertura integral do concelho.

ATMAD - Tratamento em Alta de Águas Residuais

O tratamento em alta das águas residuais em Mirandela, Torre de D. Chama e Cachão é realizado pela prestação de serviços das Águas do Norte.

Os valores orçamentados têm vindo a diminuir fruto da redução da dívida mas também a uma maior eficiência de serviços, sendo que no presente ano se verá refletida a redução da tarifa em alta resultante da concentração das empresas da região do Norte. Registe-se que os valores de compra de água e tratamento de águas residuais representam 16% do Orçamento da Despesa Corrente, tendo vindo a diminuir nos anos recentes fruto da efetiva redução de dívida à ATMAD.

2.4.4. Abastecimento de Água

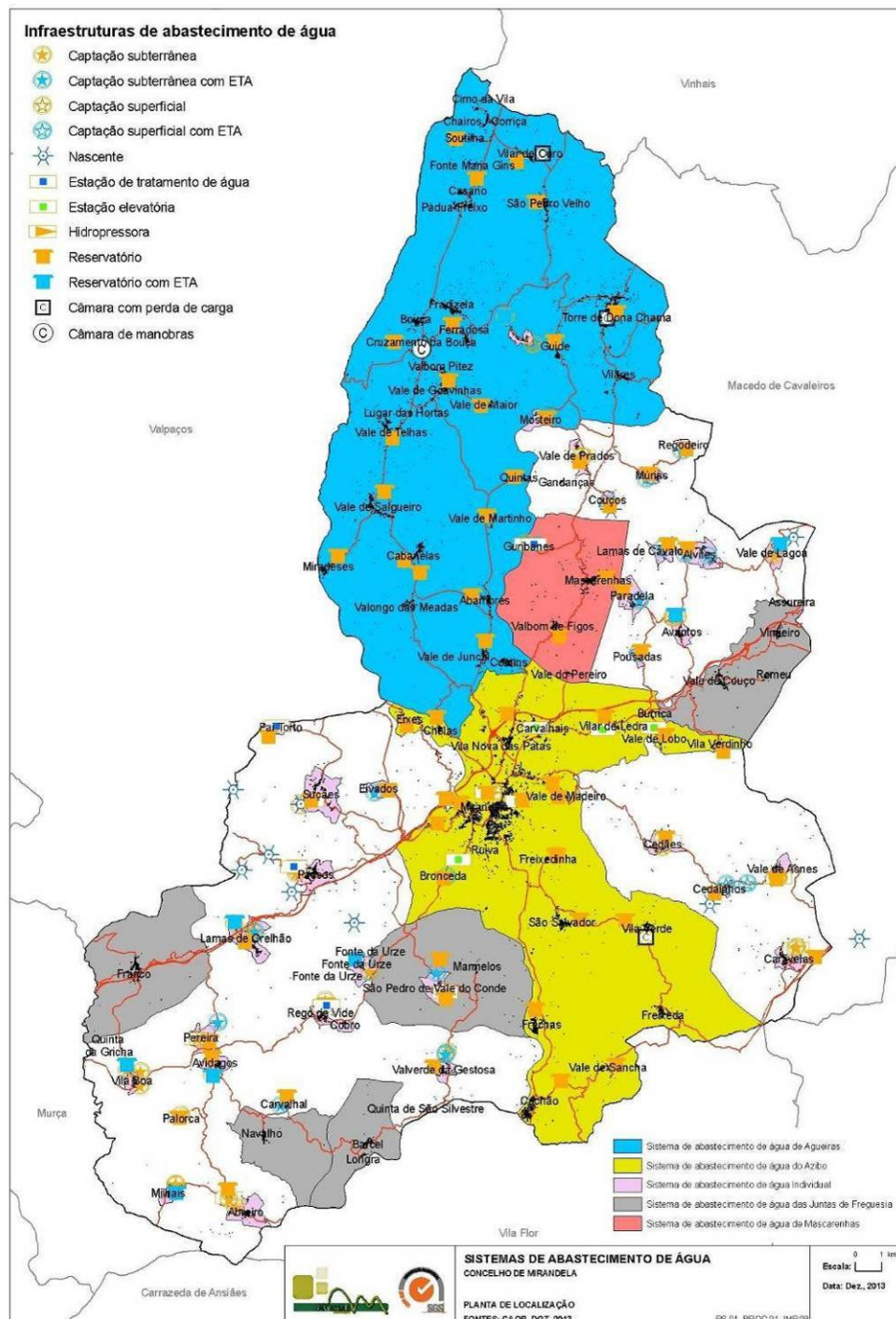
Construção e Beneficiação de Sistemas de Abastecimento de Água do Concelho

POSEUR – Ciclo Urbano da Água – Projetos de Abastecimento

Tal como nas águas residuais a construção de redes de abastecimento e tratamento de água potável estão praticamente concluídas.

Também durante ao ano de 2016 será realizada uma candidatura destinada à resolução de alguns problemas de abastecimento como em Mascarenhas e também à anulação de redes conjuntas de águas pluviais e residuais.

As atividades de manutenção da rede abastecimento de água estão sobre a responsabilidade da DSO sendo afetos a estas atividades 19 Assistentes Operacionais e um Técnico Superior de Engenharia Civil.



ATMAD - Compra de água

A recentemente criada Águas do Norte, que fundiu as empresas regionais entre elas as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, é responsável pela venda de um elevado volume de água essencialmente dos sistemas de abastecimento do Azibo e de Aguiarias.



2.4.5. Resíduos Sólidos

Aquisição Reparação de Maquinaria e Equipamento para Limpeza

Equipamento de Recolha, Tratamento e Acondicionamento de Resíduos

As atividades de limpeza urbana e varredura e apoio e complemento da recolha de resíduos sólidos urbanos estão sobre a responsabilidade da DSO sendo afetos a estas atividades 36 Assistentes Operacionais, um Encarregado Operacional e um Técnico Superior de Engenharia Agrícola para lá dos restantes serviços de apoio e coordenação associados pelos restantes recursos da Divisão.

Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos

A recolha e tratamento de resíduos indiferenciados e recicláveis no concelho de Mirandela está concessionada da Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal. De destacar ainda a localização quer da sede desta empresa quer do Aterro Sanitário dos Urjais neste concelho. O RN é ainda responsável pela gestão dos dois Ecocentros existentes no concelho.

2.4.6. Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza

Reparação e Beneficiação dos Cemitérios

As atividades de manutenção da salubridade pública estão sobre a responsabilidade da DSO sendo afetos a estas atividades 6 Assistentes Operacionais e dois Técnicos Superiores de Engenharia Química.

As atividades de sensibilização neste sector são fundamentais para melhorar os níveis de atendimento mas também para a educação cívica dos munícipes, muitas vezes responsáveis pela degradação ambiental, dando-se como exemplo indicador os dejetos caninos e a colocação de monstros junto a contentores.

Construção e Conservação de Parques e Jardins, incluindo Estátuas e Monumentos

Rede de Rega Municipal

Plantações de Parques e Jardins da Cidade

A imagem de Mirandela está associada aos seus espaços verdes e ajardinados e à qualidade dos mesmos.

O sector de Parques e Jardins municipal está agora sobre a responsabilidade da DSO sendo afetos a estas atividades 36 Assistentes Operacionais, um Encarregado Operacional e um Técnico Superior de Engenharia Agrícola.



Uma das maiores exigências neste sector prende-se com a rotação de plantações, as tarefas correntes de manutenção como poda e corte e o consumo de água para rega.

Estes serviços são ainda responsáveis por eventos de referência como os Jardins Nómadas e pelo apoio à decoração e cedência de plantas em inúmeras atividades municipais e de instituições que assim o solicitam.

N2020 - Requalificação Margens da Ribeira de Carvalhais



Após a conclusão do edifício da ECOTECA para 2016 será desenvolvida uma candidatura que transforme quer o edifício que a zona envolvente num espaço de interpretação e diversão respeitando, no entanto, a naturalização dos espaços. Será instalada ainda uma das portas de entrada do Parque Regional de Vale do Tua que irá permitir o reforço das atividades de informação e interpretação ambiental.

POSEUR - Plano Municipal de Combate às Alterações Climáticas

Nos termos definidos no POSEUR será desenvolvido em 2016 o Plano Municipal de Combate às Alterações Climáticas que estabelecerá linhas de apoio em programas complementares.

PDR2020 - Reabilitação de Galerias Ripícolas

A Ação 7.2 Investimentos não Produtivos do PDR 2020 permite a candidatura a intervenções de preservação das funções ecológicas das galerias ripícolas. A reabilitação destas galerias é uma prioridade quer no Rio Tua e seus afluentes quer nas principais ribeiras e linhas de água concelhias.

PDR2020 - Floresta Urbana e Periurbana

Os povoamentos não agrícolas podem permitir a criação de novos conceitos de floresta nomeadamente nos espaços periurbanos contribuindo assim para a melhoria ambiental dos espaços urbanos.

2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

2.5.1 Cultura

Ao Sector de Cultura da Divisão de Educação e Assuntos Sociais e Culturais (DESC) estão afetos 14 Assistentes Operacionais, 7 Assistentes Técnicos e 3 Técnicos Superiores.

Destacam-se as atividades associadas à Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel e Auditório Municipal conforme Plano Anual bem como o apoio a diversas atividades e eventos que têm origem em solicitações externas.

Após a conclusão das obras de certificação energética e equipamento de projeção e som do Auditório Municipal a programação de cinema será retomada com normalidade.

PARU 3 -Reabilitação do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários para Centro de Identidade e Conhecimento de Mirandela

PARU 4 -Reabilitação do edifício na Travessa D. Afonso III para serviços de apoio ao Museu da Oliveira e do Azeite

PARU 5 -Reabilitação do edifício do Matadouro Velho -Núcleo Etnográfico de Santiago

PARU 6 -Reabilitação do Palacete dos Pessanhas para a Casa da Alheira



PARU 6 -
Reabilitação do
Palacete dos
Pessanhas para
a Casa da
Alheira



PARU 3 -
Reabilitação do
antigo Quartel dos
Bombeiros
Voluntários para
Centro de
Identidade e
Conhecimento de
Mirandela



PARU 4 -
Reabilitação do
edifício na Travessa
D. Afonso III para
serviços de apoio
ao Museu da
Oliveira e do Azeite



PARU 5 -
Reabilitação do
edifício do
Matadouro Velho
- Núcleo
Etnográfico de
Santiago





Tal como já foi exposto o PARU inserido no PEDU de Mirandela assume um conjunto de intervenções em edifícios do património municipal ou que estejam em processo de aquisição.

Estas intervenções assumem também a refuncionalização destes espaços e a criação de novas valências locais no domínio cultural.

PARU 8 - IFRRU - Instrumento Financeiro de Reabilitação e Regeneração Urbana

A CMM prevê a alocação de uma parte de FEDER da candidatura do PEDU ao Instrumento Financeiro a criar (IFRRU).

A mobilização dos privados para a reabilitação do seu património é uma das tarefas prioritárias da autarquia, que assumiu já o compromisso de apoiar a reabilitação urbana aquando do processo de delimitação das ARU. Informar e apoiar os agentes privados será um fator crítico do sucesso do PARU.

O mapeamento estabelecido pelo NORTE 2020 define um conjunto de linhas estratégicas e orientadoras no âmbito de património cultural e natural.

Nesse sentido serão desenvolvidos projetos e candidaturas dentro dos objetivos e elegibilidades determinadas.

N2020 - Reabilitação do Museu Teixeira Lopes

N2020 - Reabilitação e Requalificação de Rotas e Sítios Patrimoniais

N2020 - Rede Municipal de Núcleos Museológicos

Instituições Culturais e Recreativas



O PAM 2016 continuará a assumir o apoio a diversas instituições culturais e recreativas tais como o Rancho de S. Tiago ou a Associação de Socorros Mútuos entre pequenas coletividades recreativas.

Nestes apoios estão incluídas intervenções que permitem a reabilitação de edifícios

emblemáticos de Mirandela como a sede da Associação de Socorros Mútuos.



2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer

Construção e Reparação de Diversos Campos de Jogos

Edifício de Apoio ao Campo Desportivo da Reginorde

O ano de 2015 foi associado à construção de um equipamento desde há longo tempo reclamado e essencial para o desenvolvimento desportivo de Mirandela no apoio ao futebol de formação e ao hóquei em campo.



A construção deste campo de futebol em relva sintética na área da REGIONORDE representa não a resolução de um problema associado à dificuldade com espaços de treino mas também o início da requalificação de todo o espaço envolvente da REGIONORDE.

Em 2016 será desenvolvida a construção do edifício de apoio a estas instalações.

Equipamento Desportivo e de Lazer

Instituições Desportivas - Infraestruturas e Equipamentos

A gestão e manutenção de diversos equipamentos municipais traduz-se numa elevada exigência de recursos humanos, financeiros e materiais. O Pavilhão Inatel e o Pavilhão da Reginorde representam um elevado custo em consumos e manutenção não obstante o elevado número de utentes.



A CMM assume a manutenção do Campo de S. Sebastião do Sport Clube de Mirandela, quer ao nível do tratamento do relvado natural quer ao nível das despesas correntes do Campo.

Ao Sector de Desporto da Divisão de Educação e Assuntos Sociais e Culturais (DESC), estão afetos 5 Assistentes Operacionais, 1 Assistente Técnico e 5 Técnicos Superiores.



A Piscina Municipal de Mirandela tem atualmente um papel fundamental na vida dos mirandelenses, enquanto equipamento desportivo e de lazer, com 43 300 acessos por ano.



A Piscina Municipal é, além de um espaço de utilização livre para a prática de natação, um importante apoio à prática desportiva de natação federada e essencial nos planos de atividades das IPSS, instituições de ensino e do programa Envelhecimento Ativo levado a cabo em parceria com as Juntas de Freguesia.

A Escola de Natação, gerida pela Câmara Municipal e a funcionar de segunda-feira a sábado, tem cerca de 440 utentes inscritos, distribuídos por atividades de hidroginástica, natação infantil, natação para bebés e natação para adultos. As atividades curriculares dos alunos da Escola Secundária e da Esproarte, assim como as atividades promovidas para idosos, registaram no último ano cerca de 3000 acessos e os atletas federados representam 6000 acessos anuais. Para além destes utilizadores, há ainda as atividades promovidas pelos Jardins de Infância, ATL's e APPACDM, entre outros.

Instituições Desportivas

Não obstante as dificuldades financeiras que todas as instituições atravessam a CMM tem mantido ano após ano o apoio a entidades desportivas.

Neste momento serão apoiadas 18 Associações desportivas com mais de 21 modalidades desportivas diferentes. Além do apoio financeiro direto traduzido nesta rubrica é ainda prestado apoio logístico, cedência de transporte e instalações, recursos humanos e materiais entre outros bem como o acompanhamento permanente dos técnicos municipais.



Eventos e Provas Desportivas

Os eventos desportivos têm um papel essencial na promoção e afirmação regional, nacional e mesmo internacional. O Campeonato da Europa de JetSki, a Gala do Kickboxing ou a Concentração Motard são eventos de referência que serão promovidos uma vez mais durante o ano de 2016.

Parque de Campismos Entre-os-rios Maravilha

Considerando a necessidade de operacionalizar a gestão o Parque de Campismo, tendo mesmo em conta as novas implicações legais no que se refere à vigilância



da Piscina Municipal foi estabelecido um protocolo de gestão com a Associação dos Bombeiros Voluntários da Cruz Amarela de Mirandela

Está ainda em desenvolvimento um projeto de intervenção que se pretende que seja desenvolvido gradualmente.

2.5.3. Outras Atividades Cívicas e Religiosas

Recuperação do Património Cultural e Arquitetónico incluindo Igrejas e Capelas a executar pelas Juntas Freguesia

Recuperação de Património Cultural e Arquitetónico incluindo Igrejas e Capelas a executar pelas Comissões Fabriqueiras



O apoio tem-se traduzido também na construção de Capelas Mortuárias, agora bastante solicitadas por Juntas de Freguesia e Comissões Fabriqueiras.

Serão concluídas as Capelas Mortuárias de Pereira, Eixes, Alvites e Freixeda e prevê-se a construção de novos equipamentos em

S. Salvador e Cabanelas durante o ano de 2016.

Instituições Cívicas ou Religiosas

O PAM 2016 continuará a assumir o apoio a diversas instituições cívicas e religiosas na promoção das suas atividades com natural destaque para a Confraria de N.ª S.ª do Amparo e as Festas de N.ª S.ª do Amparo.





Instituições Cívicas ou Religiosas - Infraestruturas e Equipamentos



Ao longo dos anos recentes a CMM tem apoiado de forma clara a recuperação do património religioso e cívico em todo o concelho.

Em 2016 serão desenvolvidas intervenções em diversas infraestruturas garantindo índices de manutenção suficientes para evitar a degradação deste património.

3. Funções Económicas

3.1. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca

A presente função económica foi considerada no PPI 2016 na perspetiva de apresentar candidaturas ao PDR 2020 e considerando os processos de estudo prévio já desenvolvidos e que neste momento carecem do respetivo Estudo de Impacto Ambiental e levantamento cadastral.

Barragem da Serrinha e Rede de Rega do Navalho Construção e melhoramento de caminhos agrícolas Conservação de Floresta e Mata na Área do Município

3.2. Indústria e Energia

PDCT - tuaStar - Incubadora de Base Local

N2020 - Expansão e Reforço da Capacidade da Área de Acolhimento Empresarial de Mirandela

Em 2016 e assente nas orientações estratégicas definidas no Norte 2020 será desenvolvido o processo de implementação da Área de Acolhimento Empresarial de Mirandela. Sob um conceito de consórcio e congregando cumulativamente as diversas valências técnicas já disponíveis pretende-se associar a expansão da Zona Industrial de Mirandela a um novo conceito de incubação e acolhimento empresarial.

Gabinete de Apoio À Empresa e ao Empreendedor (GAEE)

O GAEE tem sede no Ninho de Empresas de Mirandela e é responsável pela análise e proposta dos projetos de investimento que são submetidos à CMM no âmbito dos instrumentos do Plano de Ação para o Desenvolvimento Económico e Social de Mirandela.



O GAEE assume ainda o regulamento de incubação no Ninho de Empresas TuaStart, o Regulamento da Zona Industrial de Mirandela, a coordenação do GIP – Gabinete de Inserção Profissional, do Programa de Empreendedorismo do vAle do Tua, regulamentos de apoios económicos e incentivos e ainda o programa EmpreGOjá!

Regulamento de apoio ao Comércio

Regulamento de Apoio à Industria

EmpreGOjá!

Os instrumentos regulamentares criados pela CMM continuarão em 2016 a fomentar a criação de novas empresas e novos postos de trabalhos, reforçados pelo programa EmpreGOjá! que irá apostar num conceito de apoio direto à contratação tal como já acontece com o apoio direto à instalação comercial.

Energia

Extensão de Redes e Outros Equipamentos Eléctricos, incluindo Ramais de Abastecimento.

URE e Eficiência Energética em edifícios municipais

A racionalidade do consumo de energia tem que continuar a ser uma prioridade na gestão municipal considerando o elevado peso desta rubrica no orçamento municipal.



Os processos de contratação em consórcio no âmbito da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, da racionalização dos pontos de consumo, da substituição por tecnologias LED e redutores de fluxo têm sido suficientes para evitar um crescimento da fatura energética que verifica-se pelo que em 2016 continuarão a ser devolvidos processos de redução da fatura.



Estes processos assentes em plataformas de gestão eletrónica de consumos permitem uma gestão cada vez mais detalhada e eficaz.



No âmbito do PDCT da CIM TTM no que se refere à \square PI 4.3. | Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas; durante o ano de 2016 serão contratualizadas algumas intervenções:

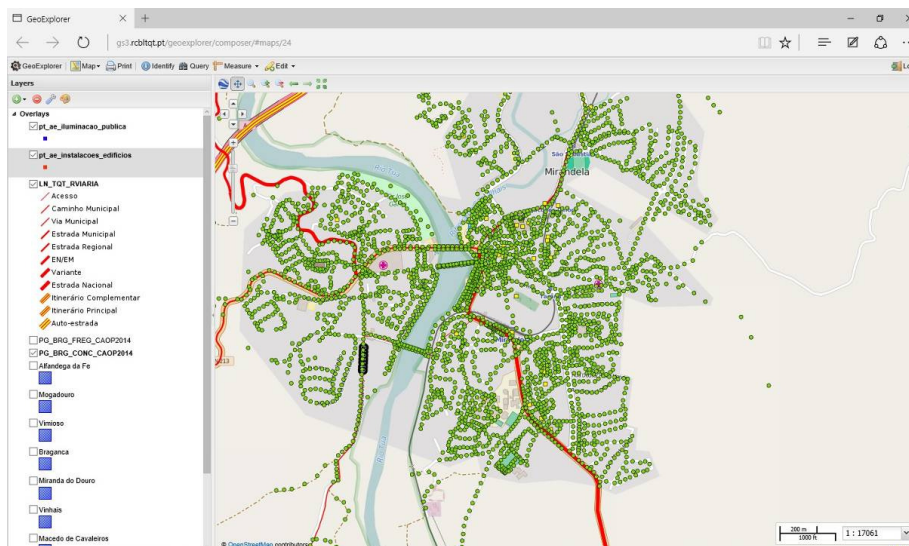
PDCT - Reabilitação Energética de Pavilhões Desportivos Municipais

PDCT - Fomento de Tecnologias LED em Iluminação Pública

PDCT - Eficiência e Remodelação de Centrais Térmicas

Agência de Energia de Alto Trás-os-Montes

Em conjunto com os municípios constituintes da Comunidade Intermunicipal de Alto Trás-os-Montes, a CMM é uma das associadas da Agência de Energia de Trás-os-Montes que atualmente desenvolve tarefas de planeamento e conceção na área da eficiência energética.





3.3. Transportes e Comunicações

3.3.1. Transportes Rodoviários

Arruamentos, Muros e Passeios em Diversas Aldeias

Arruamentos em Diversas Aldeias a realizar pelas Juntas de Freguesia

Reparação de Estradas e Caminhos Diversos - Rede Municipal



As atividades de manutenção da rede de estradas e caminhos municipais estão sobre a responsabilidade da DSO sendo afetos a estas atividades 6 Assistentes Operacionais e um Técnico Superior de Engenharia Civil.

Para além das intervenções de manutenção corrente e de limpeza de taludes e bermas destacam-se ainda as atividades de pavimentação de novos arruamentos a realizar por prestação de serviços via PPI ou por delegação nas Juntas de Freguesia via PAM. Pretende-se ainda em parceria direta com as Juntas de Freguesia realizar intervenções diversas de pavimentação nas áreas urbanas concluindo assim um processo de melhoria de pavimentos que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos.

No ano de 2016 serão realizadas intervenções profundas de reabilitação da rede viária municipal assumindo um princípio de intervenção associado ao nível de degradação de cada uma das EM ou CM.

Arruamentos, Muros, Passeios e Pavimentos na Cidade

Sinalização e Trânsito

Além da requalificação urbana são ainda realizados de forma regular intervenções que contribuem para a melhoria do espaço urbano de Mirandela.

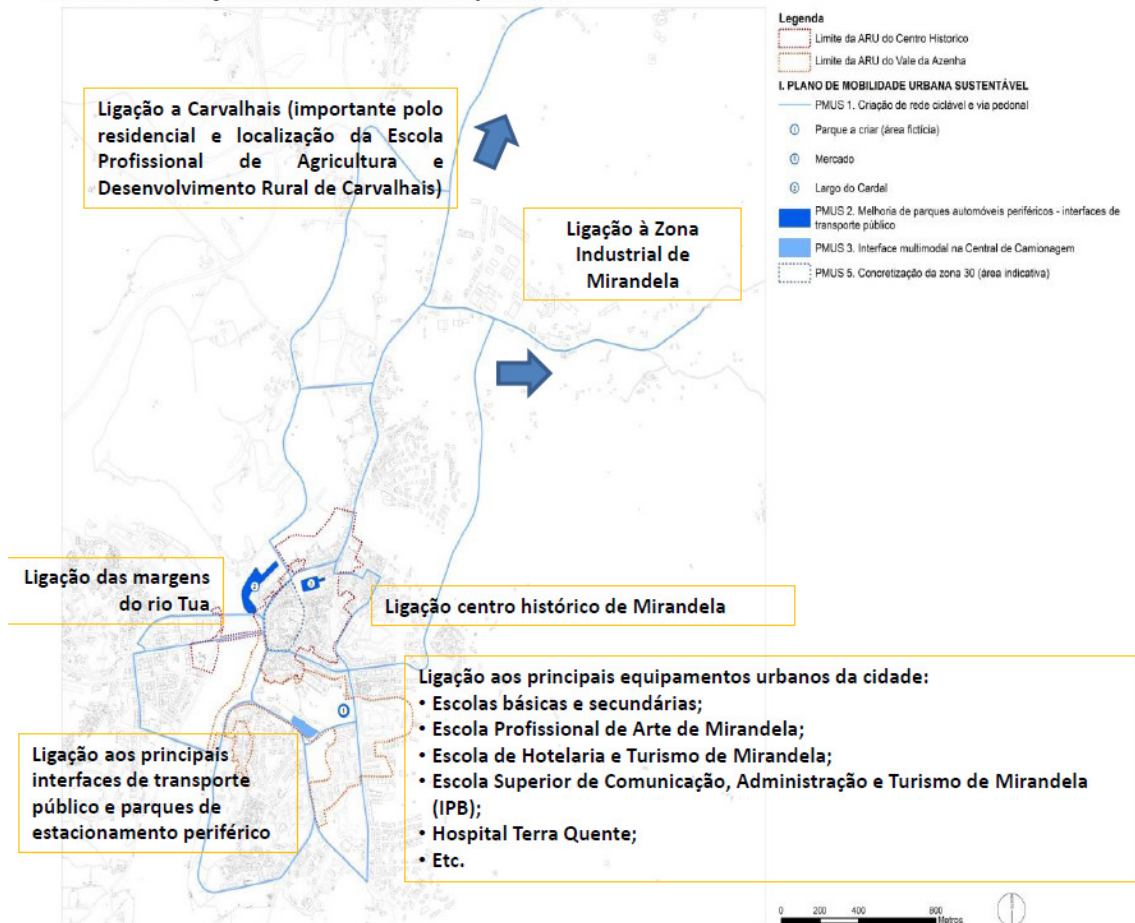
Em 2016 serão realizadas intervenções de reabilitação de pavimentos em áreas identificadas como prioritárias nomeadamente os principais acessos a Mirandela.

Uma das componentes do PEDU é o Plano de Mobilidades Urbana Sustentável (PMUS). A CMM desenvolveu em 2008 um Plano de Mobilidade Sustentável que ainda hoje orienta muito dos vetores estratégicos nesse domínio, mas de acordo com as novas orientações regulamentares o Plano de Mobilidade Sustentável deve ter uma dimensão intermunicipal o que levou a CIM TTM a lançar um procedimento de elaboração de um PMUS.

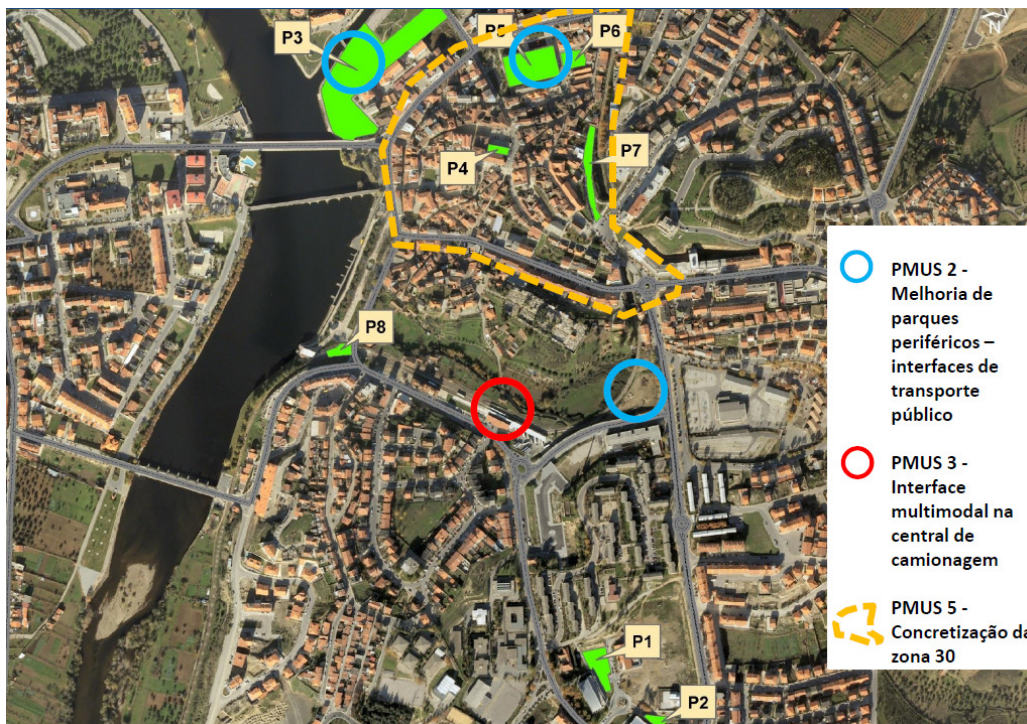
Na candidatura do PEDU estão já identificadas as áreas e intervenções prioritárias.

PMUS 1 - Criação de rede ciclável e pedonal

PMUS 1 - Criação de rede ciclável e pedonal



PMUS 2 - Melhoria de parques periféricos – interfaces de transporte público





PMUS 3 -Interface multimodal na central de camionagem

PMUS 4 -Sistema integrado de gestão e promoção do transporte urbano

ECO.mob - Mobilidade Sustentável da Frota Automóvel

A renovação da frota municipal deverá assentar em conceitos de sustentabilidade e que aproveitem as oportunidades de recentes programa como o ECOP.mob que apoia a aquisição de viaturas elétricas pela administração pública.

Transportes Turísticos

Transportes Urbanos

A CMM desenvolve um serviço de transporte turístico de apoio essencialmente a Escolas e Associações Culturais e Desportivas.

Será também garantida a manutenção dos transportes urbanos em 2016 nos termos do atual serviço e dentro das possibilidades de recursos que neste momento estão disponíveis aguardando-se a possibilidade de proceder à renovação da frota através do programa ECO.mob.

Transferência de Capital para MLM - Metropolitano Ligeiro de Mirandela

A CMM é uma das acionistas do MLM - Metropolitano Ligeiro de Mirandela com 90% do capital social.



Nos anos recentes tem sido possível o equilíbrio da empresa assente na prestação de serviço de transporte ferroviário e rodoviário de serviço público no canal da antiga Linha do Tua. Nos termos do Protocolo de Intenções e

Compromissos assinado por diversas instituições após a conclusão da construção da Barragem Foz Tua, a operação do Metro de Mirandela será transferida para a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua que promoverá a mobilidade quotidiana e turística. Durante o ano de 2016 será concretizada a implementação do Plano de Mobilidade do Vale do Tua o que irá implicar a cessação de atividade do Metropolitano de Mirandela o que pode implicar consequentemente a liquidação da empresa.

3.4. Comércio e Turismo

UAC - Mircom - Comércio Tradicional



A MIRCUM é uma associação de direito privado, constituída para a promoção do centro histórico de Mirandela e valorização do comércio tradicional. Constituída pela CMM e pela Associação Comercial e Industrial de Mirandela tem concorrido a diversos programas de promoção, contribuindo assim para a realização de eventos e

iniciativas de dinamização essencialmente dedicadas ao comércio tradicional mas também no apoio a atividades de valorização de produtos regionais e locais. Em 2016 será uma vez mais responsável pela organização das feiras sectoriais de Mirandela nomeadamente as setoriais.

No âmbito do PARU um dos projetos candidatados destina-se à dinamização e animação comercial do Centro Histórico de Mirandela.

3.4.2. Turismo

Equipamentos de Promoção e Divulgação Turística

Apoio à Organização de Feiras e Eventos Promocionais

As atividades de promoção local assentam num conceito de planeamento anual que permite uma melhor divulgação dos eventos. No âmbito desse conceito de planeamento destacam-se alguns eventos - âncora que ao longo dos últimos anos vão crescendo em dimensão e notoriedade mas também iniciativas mais recentes que pela avaliação positiva da sua realização serão promovidas novamente. A destacar os eventos associados ao desenvolvimento rural e produtos regionais.





3.5. Outras Funções Económicas

Estudos e Projetos

A rubrica de Estudos e Projetos tem vindo a ser reduzida ano após ano, existindo uma clara opção pela utilização dos recursos humanos municipais para a realização de projetos e condução de processos de planeamento. Os projetos incluídos nas ARU's e no PEDU serão todos da responsabilidade de recursos internos.

A Divisão de Fomento Territorial tem afetos recursos humanos qualificados nomeadamente 6 Técnicos Superiores de Arquitetura, Arqueologia e Geografia, 1 Topografo, 4 Desenhadores e 1 Assistente Operacional.

Transferências de Capital para AIN - Agro Industrial do Nordeste

A CMM é uma das acionistas da AIN – Agro Industrial do Nordeste com 49,10% do capital social.

Ao longo dos dois últimos anos decorre um processo de recuperação económica da empresa assente na valorização do Matadouro Industrial do Cachão.

4. Outras Funções

4.1. Operações da Dívida Autárquica

Amortização de Empréstimos a Médio e Longo Prazo

4.2. Transferências entre Administrações

Transferências de Capital para Juntas de Freguesia

Transferências Correntes para Juntas de Freguesia

Considerando o determinado na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro em 2014 serão estabelecidos protocolos de delegações de competências com as juntas de freguesia quando assim for acordado bilateralmente nos termos também das novas competências.

Transferências de Capital para AMTQT

Transferências Correntes para AMTQT

A Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana é constituída pelos municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor, constituindo-se com associação de municípios essencialmente no domínio de planeamento, elaboração de projetos e apoio técnico em múltiplas áreas.



Atividades

Fruta nas Escolas da Terra Quente Transmontana
Trás-os-Montes XXI – Mais – Modernização Administrativa
Canil Intermunicipal da Terra Quente
Mapas e Área de Ruído
Sistema Intermunicipal de Higiene e Segurança no Trabalho
Sistemas de Informação Geográfica
Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana
Criação de redes wi-fi nas sedes de concelho
Criação de redes wi-fi nas freguesias
Expansão da Rede
Internet nos Municípios
Telefone VoIP
Interligação de Edifícios
Cloud Privada
Virtualização de Desktop

Sistema de Gestão da Qualidade

ZASNET – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial

Plano Estratégico para o Desenvolvimento Territorial Reserva da
biosfera transfronteiriça – Meseta Ibérica

Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes (Comunidade Intermunicipal Alto Trás-os-Montes)

A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro determinou a extinção da Comunidade Intermunicipal de Alto Trás-os-Montes e a criação da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes.

No ano de 2015 foi será essencialmente de instalação e estabilização estando previsto a realização de :

Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal

Estudo de Sensibilidade de Estruturas de Proteção Civil

Estudo de Valorização do Potencial Cinegético e Piscícola

Plano de Marketing Territorial

Com a assinatura em 2015 do PDCT a CIM TTM será entidade gestora de um conjunto de fundos regionais no âmbito do próximo Quadro Comunitário, estando ainda a desenvolver candidaturas em áreas específicas como o PROVERE.



Transferências Correntes para DESTEQUE

A CMM assume a participação nos órgãos diretivos na DESTEQUE, associação de desenvolvimento local, constituído com o objetivo específico de contribuir para o desenvolvimento rural e económico no espaço territorial dos municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor.

4.3. Diversas Não Especificadas

Participação em Entidades Societárias

Entidade Participada	Capital Social	% Participação	Valor Participação
AIN, Lda.	7.894.000,00	49,10%	3.875.954,00
MLM, S.A.	125.000,00	90,00%	112.500,00
Águas do Norte	27.812.177,00	0,41%	618.721,00
Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, S.A.	49.986,00	10,20%	5.098,57
Agência de Energia de Trás-os-Montes	17.487,61	6,66%	1.164,67
Hospital Terra Quente	3.000.000,00	10,00%	300.000,00

Quotizações

A CMM participa em diversos organismos e associações de carácter sectorial ou territorial. Em 2012 e 2013 foi realizada uma avaliação deste tipo de participação e foi tomada a decisão de abandonar alguns organismos no entanto ainda existem algumas participações consideradas estratégicas:

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

Eixo Atlântico do Noroeste e Peninsular

Fundação Museu do Douro

Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua

A Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (ADRVT) tem o seu funcionamento assegurado através da criação de um fundo financeiro que foi constituído por protocolo entre a EDP e os municípios. Tem também os apoios financeiros a projetos de desenvolvimento regional assegurados através do protocolo estabelecido entre a Agência e o ICNF.

Fazem parte deste plano estratégico os seguintes objetivos principais:



-Assegurar a mobilidade turística e quotidiana entre Foz Tua e Mirandela articulando os transportes ferroviário, fluvial e rodoviário e envolvendo a EDP, os municípios, a REFER, a CP, o IMTT e o Metropolitano Ligeiro de Superfície de Mirandela.

- Criação, gestão e manutenção de um parque natural regional (PNR) no território abrangido pelos 5 municípios do Vale do Tua entretanto constituído em 2013, e com o início do seu funcionamento em 2014.

-Valorização do património cultural dos 5 municípios do Vale do Tua.

Foi estabelecido um Protocolo com a Direção Regional de Cultura do Norte que no caso de Mirandela, assume Intervenções em Imóveis Classificados devidamente identificados.

-Organizar e desenvolver o programa do empreendedorismo do Tua.



III – Conclusão

A presente análise às GOP 2016 não pretende demonstrar as atividades que são realizadas após um exercício, habitualmente traduzidas no Relatório de Atividades e Prestação de Contas.

Pretende-se apenas associar as verbas previsionais tanto em despesas correntes como em despesas de capital a atividades, tarefas e projetos concretos e traduzir o impacto de cada uma dessas atividades no Orçamento proposto para o ano de 2016.

Mirandela, 23 de novembro de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal;


António José Pires Almor Branco

